

## História e cultura indígena – a força da lei sobre a diferença

HELENA ALPINI ROSA\*

ANA LÚCIA VULFE NÖTZOLD\*\*

SANDOR FERNANDO BRINGMANN\*\*\*

O artigo “História e cultura indígena – a força da lei sobre a diferença”, tem por objetivo evidenciar o trabalho realizado com os três povos indígenas que vivem no estado de Santa Catarina, relatando parte da pesquisa desenvolvida a partir do Observatório da Educação Escolar Indígena através do Projeto “Autogestão e Processos Próprios de aprendizagem – desafios para uma Educação Escolar Indígena com Autonomia”, pelo Laboratório de História Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina. LABHIN/UFSC (Edital n.º. 01/2009/CAPES/SECAD/INEP). Considera-se ainda importante refletir sobre o entendimento que se tem a respeito da cultura e identidade e outros elementos que compõem os grupos indígenas no Estado de Santa Catarina e, a partir disso, realizar um relato de experiências vivenciadas no Estado de Santa Catarina a respeito da aplicação da Lei 11.645, sua abrangência e desdobramentos.

Neste intuito, utiliza-se como fontes o vídeo de divulgação e orientação da referida lei, organizado pela Secretaria de Estado do Rio de Janeiro e Museu do Índio e os relatórios do Laboratório de História Indígena/LABHIN da UFSC resultantes do Projeto do Observatório da Educação Escolar Indígena realizado em três escolas indígenas de Santa Catarina.

A história presente nos currículos escolares e ensinada nas escolas ainda é numa perspectiva eurocêntrica e evolucionista e os conteúdos tanto de História e Cultura Afrobrasileira e História e Cultura Indígena são inseridos nas atividades escolares por meio de projetos anexos, desconectados das atividades curriculares. Assim, percebe-se que por um longo período da formação escolar a história indígena foi negligenciada, esquecida e

---

\* Mestre e Doutoranda em História pela UFSC, Bolsista e pesquisadora do Observatório da Educação/ CAPES, no Laboratório de História Indígena/LABHIN/UFSC. Professora e técnica na Secretaria de Estado da Educação na Diretoria de Educação Básica.. Contatos: Fone (48) 9911-5626 e helenalpini@hotmail.com

\*\* Etnohistoriadora, Professora Associada IV do Depto de História – UFSC, Coordenadora do Laboratório de História Indígena –LABHIN, coordenadora do Projeto: “Ensino, Saberes e Tradição: elementos a compartilhar nas escolas indígenas da Terra Indígena Xapecó (SC)” financiado pela Capes.

\*\*\* Mestre e Doutorando em História pela UFSC, pesquisador junto ao Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC) onde desenvolve pesquisas entre os Kaingáng das Terras Indígenas Xapecó (SC) e Nonoai (RS). Colaborador no Observatório de Educação Escolar Indígena e na Licenciatura Intercultural Indígena dos Povos do Sul da Mata Atlântica da UFSC.

deturpada pela historiografia tradicional, especialmente nos livros didáticos, nos programas escolares e universitários.

Este aspecto se deve a todo um processo de dominação, de afirmação de um modelo cultural exógeno imposto a partir de concepções políticas e sociais que buscou invisibilizar os indígenas. Este processo de negação da existência do outro, do diferente, passou por todos os recursos de extermínio, até se considerar que *índio* havia somente em livros de história e no passado, pois foram dizimados pelo “progresso” e pelo “desenvolvimento”.

As discussões e estudos a respeito do indígena presente nos currículos escolares estavam relacionados ao modo de vestir, viver, comer, ao trato com a natureza e dizia respeito a uma identidade cultural única. O índio é o outro, o diferente, mas o índio em si “era tudo igual”, não havia diferentes nações, diferentes línguas e muito menos diferentes costumes. Ainda hoje se encontram muitos desses equívocos de abordagem e de entendimento da história e da cultura indígena no país.

É possível inferir que, por um longo período existiram e ainda existem em alguns segmentos educacionais, “*quatro ideias equivocadas*” sobre a história e a cultura indígena. A primeira é a que define que “*índio é tudo igual*”, considerando o ser índio como diferente do branco caucasiano ou do ser de origem européia, mas não se considera os diferentes e inúmeros grupos étnicos e seus costumes, crenças, línguas, organização política, social e econômica. Existem sim várias semelhanças entre os diferentes grupos indígenas, mas existem inúmeras especificidades e peculiaridades que os diferenciam entre si. A segunda ideia é a de que o “*índio é atrasado e primitivo*”, especialmente no que diz respeito à ciência e à escrita, quando se estabelece que o conhecimento e a história somente se valida pelo documento escrito e pelo legado científico de conhecimentos elaborados, experienciados, vividos e sistematizados em cânones e sistemas pré-estabelecidos. Não se considera aqui a sabedoria passada pela vivência, experiência dos mais velhos que passam seus conhecimentos de geração em geração relacionados à cura de doenças, ao plantio, ao trato de determinados alimentos e aos cuidados com o corpo e a mente. Não se considera igualmente a tradição da memória e da oralidade que são domínios específicos e identitários da maioria das sociedades indígenas brasileiras.

Outro equívoco está na ideia de que o “*índio parou no tempo*”, que complementa, de certa forma a ideia anterior, pois se parte da premissa que o que o avanço está relacionado ao uso indiscriminado da tecnologia para o desenvolvimento e autossustentabilidade. Por último

a idéia de que “índio é passado”, ou seja, não existe mais, ficou lá atrás e portanto para quê pensar neles ou estudá-los, já que hoje o que existe são os “caboclos”, os “bugres”, os “mestiços”, “os paraguaios”, isto é, não são verdadeiramente índios, pois não estão nus, não usam cocares, usam celulares e televisão numa pretensa e falsa ideia de identidade e de cultura. Essas quatro ideias equivocadas sobre os indígenas estão expressas em um Vídeo didático e explicativo da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro e do Museu do Índio elaborado e lançado como material didático para o entendimento e aplicação da Lei 11.645 de 2008 que torna obrigatório “*o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena*”. (Museu do Índio, 2010, Vídeo).

## **1. História e Cultura Indígena**

A partir do contato com os europeus, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro destes povos se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo sobremaneira as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional. A manutenção do modo próprio de viver, formas de organizar trabalhos diários, de dividir bens, de educar filhos, de contar histórias de vida, de praticar rituais e de tomar decisões sobre a vida coletiva, são fundamentais para a manutenção identitária e são processos próprios não somente de aprendizagem, mas de vida. A consciência da manutenção do modo próprio de conduzir o cotidiano dentro da comunidade e na escola esta bem presente entre os professores indígenas, que cada vez mais preocupam-se em respeitar os preceitos indicados e ensinados pelos mais velhos, especialmente no círculo familiar, mais próximo da sua convivência.

Neste sentido, atualmente, para os povos indígenas, viver a memória dos ancestrais significa projetar o futuro a partir das riquezas, dos valores, dos conhecimentos e das experiências do passado e do presente, para garantir uma vida melhor e mais abundante para todo o povo. Consideram as concepções próprias de tempo, as práticas socioculturais específicas, os conhecimentos sobre a natureza, os valores de fortalecimento da identidade do grupo, a organização social do povo.

## **2. Memória e identidade – elementos de força para os grupos indígenas**

O entendimento da memória como um elemento de fortalecimento da identidade dos grupos, ou dos povos indígenas, remete a um diálogo com historiadores e etnohistoriadores

que elucidam o conceito de memória coletiva imbricado com os conceitos de identidade e de cultura. Jacques Le Goff reitera que memória coletiva deve ser vista como um elemento que fortalece a identidade do grupo, o que pode ser aplicado às comunidades indígenas. O modo de vida concebido de forma comunitária permite que a evocação à memória seja coletiva.

A memória coletiva é um dos elementos mais importantes das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, por sobreviver e por progredir.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de “identidade”, individual ou coletiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. A memória coletiva não é apenas uma conquista: é também um instrumento e um objetivo de poder. (LE GOFF, 1982, pp57-58.)

Michel Pollak considera que a expressão memória coletiva se aplica de maneira eficaz para referendar o uso da memória. O sentimento de pertencimento ao grupo étnico permanece muito forte entre os indígenas, mesmo depois de anos e anos de contato com a sociedade nacional.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias nações, etc. (POLLAK, 1989, p. 9)

Esse sentimento de pertencimento ao grupo é muito visível nos três povos de Santa Catarina. Entre os professores Kaingáng da Escola Indígena de Educação Básica/EIEB Cacique Vanhkrê, quando perguntados se são Kaingáng, todos se autodeclaram Kaingáng, pois entendem que uma vez pertencendo ao grupo, morando na Terra Indígena e ou fazendo parte de alguma forma da comunidade, é Kaingáng.

A revitalização ou fortalecimento da identidade se apresenta para os Kaingáng e os povos indígenas de maneira geral, marcadamente como uma reviravolta na sua história, pois as novas gerações já possuem um novo olhar, diferente dos ancestrais que nasceram e viveram conscientes do desaparecimento de seu povo. Freire chama atenção para duas características fundamentais da memória indígena:

a primeira é que a memória esteve sempre codificada e elaborada em forma de discurso. E a segunda, que a memória constituiu elemento essencial daquilo que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca continua angustiando os indivíduos e a sociedades de hoje. A memória, em sua forma mais elaborada, é capaz de articular historicamente o passado. (FREIRE, 1992, s.p.).

Nesse sentido, a história, como ciência, ao mesmo tempo em que se nutre da memória coletiva dos povos com escrita, procura alimentá-la, recuperando e refletindo sobre o já vivido. No caso das sociedades sem escrita, essa tarefa vem sendo executada por uma disciplina: a Etnohistória – área desenvolvida recentemente na ciência histórica. (FREIRE, 1992, s.p.).

Entre os Laklãnõ (Xokleng), recentemente há uma preocupação muito grande da comunidade em tentar recuperar seus costumes, sua língua, seus nomes, suas cantigas e crenças, que ao longo do tempo estavam sendo deixados de lado. A revitalização dos costumes se realiza com apoio dos idosos e dos professores responsáveis pelo ensino nas escolas existentes no território Laklãnõ, aonde o conhecimento das tradições vem sendo transmitido às gerações mais jovens. Assim, um dos caminhos seria ensinar, na escola, a ler e falar o idioma, para que este não seja esquecido. A outra forma é procurar registrar a língua e as histórias em livros, para as gerações futuras aprenderem e perpetuarem as histórias dos seus antepassados.

Vejo que a filosofia da escola no passado era integrar os indígenas a sociedade dominante, atualmente está sendo utilizada como instrumento principal para registrarmos as história e principalmente a língua materna. Desta forma, a leitura, a escrita e a matemática abriu as portas para o mundo externo à Terra Indígena e permitem aos Laklãnõ (Xokleng) reivindicar seus direitos e não se calarem diante das injustiças da sociedade “dita” majoritária. (Prof. Nanblá Gakran – OEEI 2010, Mímeo)

O que professor Nanblá explicita é no cotidiano das comunidades as quais as escolas estão presentes. Ocorre uma apropriação da escola pela comunidade e além de sua função pedagógica de ensino e aprendizagem, é também um espaço de luta e consciência frente ao espaço ocupado pelos indígenas na sociedade.

Igualmente entre os Guarani, a memória e a identidade podem ser percebidas em alguns momentos importantes e fortes na comunidade e na escola. Ilustra-se através da roda do *Petyngua*, como um espaço de convivência e funciona com os alunos que frequentam duas vezes por dia, quando chegam e quando saem da escola. Este espaço de convivência faz parte do projeto de educação diferenciada seguido pela escola e consiste em um importante espaço educativo para troca de ideias e reflexão. O *petynguá* é um cachimbo pra fumar tabaco e seu uso se realiza em roda, onde a palavra é valorizada. Quem possui o *petynguá*, possui a palavra, e todos os outros se calam. É o momento onde o mais velhos falam e os mais novos escutam ou tiram dúvidas sobre a vida, a história, os mitos, a comunidade.

A roda de *petynguá*, inserida dentro da estrutura escolar, acaba por se constituir como importante elemento educativo da identidade Guarani, que salienta a importância da educação diferenciada. Na medida em que se diferencia de padrões escolares básicos e/ou regulares, a cultura do uso do cachimbo com tabaco se sobrepõe à escola convencional e é mais importante que esta. Uma vez que o uso do tabaco é sagrado, ele não pode ser interferido pela instituição escolar.

### 3. A cultura como elemento próprio de tradição

Assim como o conceito de memória coletiva e de identidade, o conceito de cultura se apresenta importante para pesquisas com esta temática, porém não significa que seja menos polêmico para as ciências sociais. Pelo contrário, hoje o conceito de cultura é muito discutido e questionado. No entanto, não se podem omitir algumas reflexões que fundamentam o pensamento no trabalho com as populações indígenas. Denys Cuche (2002, p. 15), afirma que a noção de cultura é um conceito obrigatório nas ciências sociais, pois o homem é “essencialmente um ser de cultura”. A cultura permite ao homem adaptar-se ao meio e adaptar esse meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos. Para Adam Kuper,

A cultura pode ser aproximadamente resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. Ela é “aquele todo complexo” conforme Tylor, “que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade” (KUPER, 2002, p. 310).

Assim, o conceito de cultura é abrangente e polissêmico no significado do termo, construído historicamente. Isso porque, para Kuper ainda, a cultura é fragmentada, contestada internamente e possui fronteiras porosas. A concepção de cultura a partir das práticas vividas aquilo que define, interpreta e dá sentido às experiências vividas e possibilita afirmar que a cultura é o modo de ser e de viver das comunidades indígenas das quais se realiza a pesquisa. Para Roque de Barros Laraia (2006, p.46) – o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado.

Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o reconhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2006, p. 46).

Percebe-se que a cultura, assim como a memória, é um processo coletivo e não individual. Outro aspecto abordado por Laraia é o da dinamicidade da cultura, que muda de

acordo com as relações que um grupo ou indivíduos estabelecem com sociedades culturais diferentes. “Cada sistema cultural está sempre em mudança”. Segundo Laraia, as sociedades indígenas isoladas têm um ritmo de mudança menos acelerado e esse ritmo decorre do fato de que a sociedade está satisfeita com muitas de suas respostas ao meio, resultado de suas soluções tradicionais. (LARAIA, 2006, pp.95-101)

Importante observar e perceber a cultura a partir da Etnohistória, como um conceito multidisciplinar, também usado nas pesquisas das ciências sociais, de modo geral. Nesse sentido, a cultura não pode ser concebida isoladamente e sim num contexto e na própria dinamicidade que o termo contém em si mesmo. Não se pode pensar a cultura dissociada de identidade e das questões que envolvem a memória e o coletivo.

As escolas indígenas tem se mostrado o local privilegiado para a percepção e desenvolvimento dos conceitos de memória, identidade e cultura. A escola indígena, no entendimento da educação escolar indígena, diz respeito aos processos de transmissão e produção de conhecimentos não-indígena e indígena, como uma instituição própria dos povos colonizadores. Os povos indígenas apropriam-se da escola para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas.

De fato, ocorre que, no momento em que as escolas localizadas nas aldeias passam a ser responsabilidade dos estados e dos municípios, estes buscam adequá-las ao sistema escolar já existente, ou seja, uma adequação da escola indígena aos moldes da escola não-indígena. Os currículos, os calendários, os registros escolares são realizados a partir do padrão já existente na rede pública que encampa essa demanda. Não se leva em conta que são realidades e culturas distintas. Cada escola, ainda que não seja indígena, tem uma carga de realidade que é só dela. Para as comunidades indígenas esse aspecto é fundamental:

A cultura indígena se refere à maneira de ver e de se situar no mundo; com a forma de organizar a vida social, política, econômica e espiritual de cada povo. Neste sentido, cada povo tem uma cultura distinta da outra, porque se situa no mundo e se relaciona com ele de maneira própria.

A partir das pesquisas realizadas pelo Observatório da Educação Escolar Indígena, foi possível identificar a cultura como um elemento essencial de manutenção da tradição. Considerando tradição como o conjunto de costumes, práticas sociais, religiosas, políticas próprias que foram passados de geração a geração através da oralidade dos mais velhos da

comunidade indígena. A preservação da tradição está muito relacionada aos rituais, às crenças religiosas. Entre os Kaingáng, por exemplo, os rituais relacionados à morte têm grande importância e ainda permanecem muito presentes no cotidiano das pessoas e da comunidade.

Destaca-se assim, o ritual do *Kiki*, forma de celebrar os mortos, mantido nas comunidades Kaingáng, ele só é realizado quando é possível se assegurar que será realizado segundo os preceitos rituais, religiosos da tradição de seus antepassados, caso contrário, o povo sofre as consequências dos erros para com os espíritos. Na Terra indígena Xapecó, onde está localizada a Escola de Educação Básica Cacique Vanhkrê, o ritual do *Kiki* foi realizado pela última vez no ano de 2000. O ritual consiste no desenvolvimento de dois grupos formados por indivíduos pertencentes a cada uma das metades clânicas, *Kamé* e *Kairu*. Durante o *Kiki*, as metades atuam separadamente. Como nos mitos, o relacionamento entre os grupos que atuam no ritual é marcado pela complementaridade e assimetria entre as metades *Kamé* e *Kairu*. (VEIGA, 2000. p. 79).<sup>1</sup>

Todos os Kaingáng consideram o ritual do *Kiki* um elemento da tradição e dos mais antigos da comunidade. Atualmente são raros os rituais de *Kiki* nas comunidades Kaingáng, pois para realizá-los é necessária uma série de condições, especialmente os *Kuiã* (rezadores tradicionais) e mortos das duas metades clânicas. No entanto, na escola os professores e alunos estudam e aprendem sobre o ritual.<sup>2</sup>

Sabemos que tudo o que era realizado pelo povo Kaingáng no passado fazia parte da cultura de nosso povo; como se fosse hoje tudo o que homem realiza é uma cultura, o nosso modo de viver hoje é uma cultura, o modo de trabalhar, a religião e tudo é a nossa cultura hoje, mas hoje estamos adotados em outros sistemas, onde que trazido por outros povos; então no passado a religião própria do povo Kaingáng era o KIKI, e também outras festas que se realizavam na comunidade que era a cultura do povo Kaingáng; tinha todo um processo para se realizado esta festa, e que o povo acreditava muito nisso, nessa religião o modo de preparação da festa, ou então ritual do KIKI. (Professores Kaingáng, Oficina Pedagógica, 2011, mimeo).

O respeito aos mortos e aos bens culturais fica evidente no cotidiano. Toda vez que se visita o cemitério, há que se passar pelo mato, para que os espíritos não acompanhem a pessoa

<sup>1</sup> Kamé e kairu representam a origem do povo Kaingáng – são as metades antagônicas / isogâmicas. “Os Kamés estão relacionados ao sol, a persistência, a permanência, à dureza e aos lugares baixos e objetos longos. Os kairu estão relacionados à lua, ao orvalho, à umidade, à mudança, à agilidade, a lugares altos e a objetos baixos.” (VEIGA, 2000. p. 79).

<sup>2</sup> São diversos os escritos acerca dos rituais Kaingáng: Destaque para “Ouvir Memórias, Contar histórias: Mitos e Lendas Kaingáng” livro organizado por Ana Lúcia Vulfé Nötzold e Ninarosa Mozzato da Silva Manfrói, Editora Palotti, 2006. Ainda, para maiores esclarecimentos a respeito do ritual do *Kiki*, acessar o site: [www.Socioambiental.org.br/RitualeXamanismo](http://www.Socioambiental.org.br/RitualeXamanismo). Acessado em 01 de agosto de 2012.



e fique entre as árvores, de maneira a não influenciar a vida daquele que visitou o cemitério. Costume e tradição conhecido e respeitado por todos na aldeia. Na escola, os professores reforçam os ensinamentos passados pelos mais velhos nas famílias. Não se mostra abertamente.

#### 4. Os diferentes povos indígenas de Santa Catarina

Os povos Indígenas existentes no Estado de Santa Catarina são: Guarani, pertencentes ao tronco linguístico Tupi Guarani; Kaingáng e Xokleng, do tronco Macro-Jê. Estes povos compõem um número de 10.369 habitantes, que vivem em aldeias de diferentes pontos do estado. Os Kaingáng têm maior concentração na região oeste, sobretudo próximo aos municípios de Chapecó e Xanxerê; os Xokleng na região do alto Vale do Itajaí e os Guarani no litoral e três grupos isolados na região do Alto Vale do Itajaí e no Oeste: Chapecó e Xanxerê (BRIGHENTI, 2012, p. 39).

**Os Guarani** compõem um grupo étnico extenso que apresenta uma série de características comuns nos diferentes subgrupos. Linguisticamente pertencem ao tronco Tupi-Guarani, e no Brasil estão subdivididos em três grupos dialetais distintos: *Mbya*, *Nhandeva* ou *Chiripá* e *Kaiowá*. O território tradicional Guarani desde a época pré-colonial abrange o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No litoral catarinense verifica-se a presença Guarani em treze áreas: Marangatu (Imaruí), Massiambu, Morro dos Cavalos e Cambirela (Palhoça), Mbiguaçu (Biguaçu), Tarumã, Pindoty, Ilha do Mel e Piraí (Araquari), Morro Alto/Laranjeiras e Araçá/Tapera (São Francisco do Sul), Jataí/Conquista (Barra do Sul) e Rio Bonito (Joinville), havendo locais com mais de um aldeamento.

A situação atual dos cerca de hum mil Guarani em nosso Estado envolve inúmeras comunidades, com carências relacionadas à regularização fundiária, à educação e à saúde. Nas comunidades de Santa Catarina predomina o *Mbya* e *Chiripá*. O modo de subsistência está baseado na produção de pequenas lavouras e na confecção e venda do artesanato.

**Os Kaingáng** - O pioneirismo de Telêmaco Borba no uso do etnônimo Kaingáng é refutado pelo etno-historiador Lúcio Tadeu Mota, o qual, em suas pesquisas documentais e bibliográficas sobre estes indígenas, encontrou outros autores que já se referiam aos “*Coroados*”, como “*Caingang*” ou “*Caengang*”. Kaingáng, de acordo com Mota, designaria uma intrínseca relação com o seu ambiente, pois o termo significa *povo do mato*: “A auto-identificação como parte do meio ambiente, isto é, como ‘gente do mato’, remete à noção de

um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade” (MOTA, 2000, p. 203).

De acordo com estudos linguísticos os Kaingáng falam cinco dialetos espalhados em seus territórios e constituem um dos três maiores grupos indígenas do Brasil; ocupam Terras Indígenas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, somando aproximadamente 33 mil indivíduos. (FUNASA, 2009).

Devido ao intenso contato com o não indígena e as políticas indigenistas brasileiras, alterou-se o modo de vida tradicional Kaingáng, passando de um regime de subsistência baseado na caça, coleta e agricultura, para um sistema de exploração econômica da mão de obra indígena na agricultura. Os indígenas trabalham nas lavouras no interior da Terra Indígena, nas propriedades do entorno e nas agroindústrias regionais. O artesanato, que possuía um caráter utilitário e ritualístico tornou-se também uma fonte de renda.

A comunidade se organiza para recuperar antigas tradições indígenas por meio da escola e da participação dos idosos da comunidade. Esta sociedade indígena sempre desenvolveu o seu próprio sistema de saúde, a sua maneira de ver os seres humanos baseado em certas práticas e rituais vinculados as cosmologia e à natureza e à religião. A Terra Indígena Xapecó possui 10 escolas que atendem a comunidade, sendo oito de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental, uma de 1ª à 8ª séries e uma com ensino médio e está localizada na sede da TI. O ensino abrange também a Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e uma turma de Linguagem de Sinais – LIBRAS (NÖTZOLD, 2004 p.6-7).

**Laklãnõ/Xokleng** é falante de uma variante linguística da família Gê, derivada do Tronco Macro-Gê.<sup>3</sup> Ocupavam em tempos imemoriais todo o território compreendido entre o litoral e o planalto, nos limites dos atuais municípios de Paranaguá, no Paraná, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (SANTOS, 1973 p.28).

Dos 37 mil ha reservados aos Xokleng, também auto-denominados Laklãnõ, restaram apenas 14 mil que foram demarcados como TI Ibirama, entre os municípios de José Boiteux, Vítor Meirelles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis, em Santa Catarina. Em Porto União, também neste estado, foram reservados mais de 10 mil ha para outro grupo Xokleng conhecido como

---

<sup>3</sup> Atualmente menos da metade do grupo fala cotidianamente a língua materna. Um projeto de recuperação do seu idioma, através das iniciativas do Xokleng Nanblá Gakran (Sociólogo e Linguista) vêm promovendo nas Escolas Indígenas de Ensino Básico Laklanõ e Vañecú Patté na TI Ibirama o ensino da língua materna. Em 1992, Gakran elaborou, com apoio da FUNAI e da Prefeitura de São Leopoldo, RS, o dicionário Xokleng-Português *Ag ve te kágel mu: nosso idioma reviveu*, que atualmente é usado nas salas de aula das escolas acima citadas.

Ngrokthi-tõ-prey, que contam atualmente apenas com 758 ha. Um terceiro grupo Xokleng, os Angydn, localizado mais ao sul do Estado, na Serra do Tabuleiro, foi “exterminado” na década de 1970 pelo interesse dos madeireiros que invadiam constantemente a área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado em 1975.

A construção da Barragem Norte dentro da TI, com início em 1976 e término em 1992, e com objetivo de conter as cheias do Vale do Itajaí, que afligiam principalmente a cidade de Blumenau condenou 870 ha das melhores terras para plantio deste grupo indígena, as quais passaram a ser alagadas em tempo de cheias, causando profundas mudanças na estrutura social e política desta comunidade.

Santa Catarina é o estado brasileiro em que habita a maior parte da população Xokleng, totalizando cerca de 1.800 pessoas. Devido ao contato com a sociedade regional os rituais hoje praticados se detêm na realização de casamentos e batismos na religião católica e outros cultos evangélicos. No entanto, este grupo indígena mantém seu sistema de nomenclatura tradicional, onde os parentes e amigos próximos escolhem o nome da criança.

## **5. A força da Lei: conhecer o diferente**

Considerando o exposto, relatam-se agora algumas experiências possíveis a partir da promulgação da Lei. Distinguem-se duas diferentes instâncias e formas de intervenção e de contribuição para a aplicação da Lei no Estado de Santa Catarina, especialmente nas escolas das redes públicas estadual e municipais em nível de Secretaria de Estado da Educação/SEDSC e em nível das iniciativas da UFSC e LABHIN.

A promulgação das Leis 10.639 e 11.645 a respeito do estudo de História e cultura afro-brasileira e indígena evidencia a necessidade de estudar e aprofundar as concepções a respeito do conteúdo ensinado nas escolas e a importância da formação para subsidiar os professores da educação básica.

Lucio T. Mota e Rosangela C. Faustino da Universidade Estadual de Maringá ao trabalharem com a formação de professores constataram que muitos estão imbuídos das ideias equivocadas enunciadas no início deste artigo a respeito da cultura e história das populações indígenas. Por isso, consideram fundamental que as formações de professores contenham uma abordagem teórica a respeito dos conceitos de cultura, etnicidade, identidade, diversidade, diferença para se perceber que *“as culturas são dinâmicas e se transformam constantemente”* e que para se estabelecer o que esta previsto na Lei 11.645, há que se considerar o

entendimento dos interesses econômicos da sociedade capitalista. (FAUSTINO, R. C., MOTA, L. T., 2012, p. 27).

Convém ressaltar as palavras de Thiago Leandro Vieira Cavalcante, a respeito da Lei 11.645, antes de se expor as possibilidades e ações advindas a partir dela:

A legislação traz otimismo, mas também certa melancolia por saber que é necessária uma obrigação legal para oferecer algum espaço à história indígena ou ao indígena na história do Brasil ensinada nas escolas. Apesar desta questão, este dispositivo legal pode contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em história indígena, pois espera que as instituições de ensino superior abram novos postos de trabalho nesta área (CAVALCANTE, T. L. V., 2011, p.364).

Na instância da SED, levando em conta que a Lei entrou em vigor ainda no ano de sua promulgação, portanto em 2008, e de lá para cá as formas de implementação emanadas da SED/SC para a rede foram muito tímidas. Além das orientações pedagógicas realizadas em um documento para as Gerências Regionais de Ensino, foi adquirida uma coletânea específica para a História Afrodescendente e Indígena e distribuída nas mais de 1000 escolas do estado. Outros títulos, entre eles produzidos pela UFSC foram analisados e estão aguardando recursos para serem comprados e disponibilizados para as escolas.

A Gerência Regional de Joinville no norte do estado, onde também há uma concentração de aldeias indígenas Guarani organizou um curso de formação continuada para professores de Ensino Fundamental e Ensino Médio, com uma carga horária de 40 horas/aula. Nesta ocasião se contou com a colaboração da UFSC através da participação da Coordenadora do LABHIN, Profa. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold que aplicou uma oficina abordando a temática indígena na sala de aula e a aplicação da Lei 11.645/2008.

Experiências como esta, se repetiram nas Prefeituras de São José e Palhoça, municípios que fazem parte da região metropolitana de Florianópolis, nas quais as Secretarias Municipais de Educação promoveram cursos em nível de formação continuada para os professores dessas redes, com uma carga horária de 120 horas/aula, distribuídas ao longo do ano a título de formação continuada a respeito da diversidade e educação. Em parceria da SED com o LABHIN/UFSC foi possível ministrar palestras a respeito da implementação da Lei para a Universidade do Sul de Santa Catarina/UNESC de Criciúma e Faculdade Municipal de Palhoça para estudantes de História e Pedagogia, respectivamente. Alguns cursos de formação continuada para os professores do estado estão previstos e planejados, mas ainda não foram realizados.

Passamos a analisar o cumprimento da Lei 11.645/2008, no que tange à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Referimo-nos especificamente ao Departamento de História que oferta o curso de Bacharelado e Licenciatura em História.

O Curso de Graduação em História da UFSC foi criado e reconhecido pelo Decreto Federal nº 46.266 de 26 de junho de 1959, publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 1959. Teve o Reconhecimento do Curso pelo Parecer 489/CFE/83, datada de 06/10/83, através da Portaria 451/MEC/83 datada de 21 de novembro de 1983 (Disponível em [www.graduacaohistoria.ufsc.br/currículo-de-2007/](http://www.graduacaohistoria.ufsc.br/currículo-de-2007/). Acesso em 28/03/2013.) A última reforma curricular foi realizada no ano de 2007, entre outros, visando atender a Lei 10.639/03 da obrigatoriedade do ensino de História da África e Afrobrasileira na Educação Básica.<sup>4</sup>

Com a Lei 11.645/2008 decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Departamento de História viu-se literalmente de “*mãos amarradas*”, pois para cumprir o que determina a Lei havia a necessidade de nova reforma curricular e assim o colegiado reunido deliberou que “*a mesma (lei) não se dirige às universidades e o seu teor orienta iniciativas que devem ser tomadas em outros níveis de ensino. Na mesma oportunidade, verificou-se que a inclusão de disciplina obrigatória na grade em vigor, implicaria no acréscimo de mais um semestre para a conclusão regular do curso de História*”.<sup>5</sup> Esta foi a resposta sobre as providências para o cumprimento da Lei. (UFSC/CGHST: Ofício No. 37 de 02/06/2008). Para o entendimento do Colegiado, o fato de constar a oferta de um Tópico Especial que trata de questões referentes aos povos indígenas, “*no entendimento dos membros do colegiado, nosso curso tem oferecido aos acadêmicos (as) oportunidades de formação na área de conhecimento em pauta*” (UFSC/CGHST: Ofício No. 37 de 02/06/2008), assim não possui em sua matriz curricular a disciplina obrigatória de História Indígena.

O Departamento de História conta com o espaço do LABHIN - Laboratório de História Indígena, que foi criado e aprovado em reunião departamental em 05/11/1998, com uma história de quase 15 anos no desenvolvimento de pesquisas em Etnohistória, concentradas na sua maioria, a partir da história e da cultura do povo Kaingáng da região

---

<sup>4</sup> A disciplina de História da África consta como disciplina obrigatória, é ofertada ao acadêmicos na segunda fase da graduação e conta com 72 créditos, ou seja, 04 horas-aula semanais.

<sup>5</sup> Ofício nº 37/CGHST/08 em resposta à Profa. Ana Lúcia Vulfe Nötzold – Coordenadora do LABHIN.

oeste do estado, especificamente na Terra indígena Xaçepó. Foram várias publicações em livros e jogos que enfatizam o modo de viver, os elementos culturais, os mitos, lendas, a tradição, a memória do povo Kaingáng. Muitas destas publicações são bilíngue, com o compromisso didático e pedagógico de servir como material de apoio aos professores nas escolas das aldeias e às demais escolas. Consta ainda no LABHIN um acervo importante em forma de vídeos, artesanatos, usados como material didático em aulas e na montagem de exposições, documentários em DVD, entrevistas de História Oral, dissertações, teses que abordam a etnohistória e história indígena. Muito dos materiais e pesquisas produzidas são resultados de projetos de extensão desenvolvidos e coordenados pelo laboratório.

Destes projetos e pesquisas desenvolvidos, destaca-se o projeto *“Autogestão e Processos Próprios de aprendizagem – desafios para uma Educação Escolar Indígena com Autonomia”*, proposto para o Edital n°. 01/2009/CAPES/SECAD/INEP do Observatório da Educação Escolar Indígena, realizado de 2010 a 2012, com pesquisas em três escolas indígenas do estado de Santa Catarina e possibilitou a publicação dos resultados em duas obras que têm por objetivo subsidiar as demais escolas a respeito da Lei 11.645/2008.

A primeira delas é uma coleção de três livros contendo em cada um os resultados de cada escola pesquisada, assim, foi denominado: *“A história e a Cultura Indígena de Santa Catarina através das Escolas” – Vol. 01: EIEB Cacique Vanhkrê; vol.02: EIEB Laklãnõ e vol. 03: EIEB Wherá Tupã Poty Djá.* (NÖTZOLD, A.L.V., ROSA, H.A., 2011). De caráter paradidático, a coleção visibiliza as escolas indígenas e mostra o seu funcionamento, história e condições físicas e pedagógicas. Ainda, é um importante documento histórico para as próprias escolas pesquisadas.

A segunda obra trata-se de uma coletânea de artigos elaborados e produzidos por pesquisadores egressos e vinculados ao LABHIN durante seu tempo de existência. Sob o título *“Etnohistória, História Indígena e Educação, contribuições ao debate”*, veicula boa parte da História Catarinense a partir da História e da Etnohistória Indígena. É uma obra que contribui para a historiografia e especialmente para a implementação da Lei 11.645, pois focaliza o indígena sujeito de sua história, de sua memória, a partir dos pressupostos teóricos expostos neste artigo. Com esta coletânea pretende-se *“ultrapassar as rígidas fronteiras acadêmicas, ainda muito limitadas a um público específico, tornando-o acessível também para alunos e professores das escolas de educação básica, indígenas ou não, e a comunidade em geral”* (NOTZOLD, A. L., ROSA, H. A., BRINGMANN, S. F., 2012, p. 10).

Concluindo, percebe-se que o trabalho com a história indígena nos pressupostos da legislação e de acordo com as concepções conceituais abordadas por especialistas na área, ainda é um desafio, tanto para as secretarias estaduais e municipais de educação, quanto para as universidades e são realizados “pela força da lei”. Mesmo assim, há um esforço considerável das instituições de fomento de pesquisa e educação para que a história indígena não seja deixada à margem. Isso é demonstrado especificamente na edição e realização do Observatório da Educação: OBEDUC, através do qual, o LABHIN/UFSC propôs o projeto: “*Ensino, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da TI Xapecó – SC*”, (LABHIN/UFSC, 2012, Projeto mimeo), aprovado para ser operacionalizado em quatro (04) anos. Neste sentido se pode afirmar que há muito a se fazer para a aplicação legal dos conteúdos de história indígena, mas há também iniciativas e pesquisas em curso que fazem vislumbrar possibilidades concretas de avanço.

#### Referências:

- BRIGHENTI, C. A. *Povos indígenas em Santa Catarina*. In: NOTZOLD, A. L., ROSA, H. A., BRINGMANN, S. F. (orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação; contribuição ao debate**. Porto alegre: Pallotti, 2012.
- CAVALCANTE, T. L. V. *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*. **História** (São Paulo), 30, n. 1, p. 349-371, jan/jul 2011. <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a17.pdf>
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**; Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª. Edição. Bauru/SP: Edusc, 2002. p. 15.
- DARELLA, M. D. P. **Os indígenas de Santa Catarina e a política de cotas**. 2008. Texto cedido pela autora.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 54.
- FAUSTINO, R. C., MOTA, L. T. **Cultura e Diversidade cultural: questões para a educação**. Maringá/PR: Eduem, 2012
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Tradição Oral e memória indígena: a canoa do tempo*. In: SALOMÃO, Jayme (dir.) **América: Descoberta ou invenção**. 4º. Colóquio UERJ/RJ: Imago, 1992.

- KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**; Tradução Mirtes Frange de Oliveira. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 310.
- LABORATÓRIO DE HISTÓRIA INDÍGENA/UFSC. Projeto e Relatórios do Observatório da Educação Escolar Indígena, 2010, 2011, mimeo).
- LABHIN/UFSC, 2012, **Projeto “Ensino, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da TI Xaçecó – SC”**. Projeto OBEDUC, 2013-2016, mimeo.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**, 19ª. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006, p.46.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória. II vol. Memória**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1982, pp 57-58.
- MOTA, L. T. Os índios Kaingáng e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (org). **Uri e Wáxi: Estudos Interdisciplinares Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2000.
- NÖTZOLD, A.L.V. **Ciclo de Vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.
- NÖTZOLD, A.L.V., ROSA, H.A. **História e a Cultura Indígena de Santa Catarina através das escolas**. (coleção) Florianópolis: Pandion, 2011.
- NÖTZOLD, A.L.V., ROSA, H.A., BRINGMANN, S. F. (orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação, contribuições ao debate**. Porto Alegre: Editora Palotti, 2012.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, n.3, 1989.
- RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado da Educação, MUSEU do Índio. **Povos Indígenas – conhecer para valorizar**. Vídeo. Rio de Janeiro, 2010.
- ROSA, H.A. **A trajetória histórica da escola na comunidade Guarani de Massiambu, Palhoça/SC – um campo de possibilidades**, Programa de Pós- Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis/SC, 2009. Dissertação de Mestrado.
- UFSC/CGHST: Ofício No. 37 de 02/06/2008.
- VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingáng**. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH- UNICAMP, 2000.